



# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

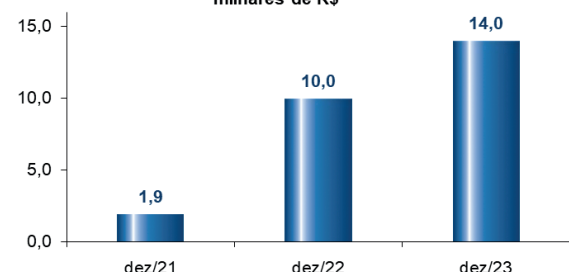
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano de 2023, bem como O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2023.

**Mensagem da Diretoria:** 2023 foi um ano em que a Companhia, no âmbito da Recuperação Judicial, se concentrou no fechamento da venda das UPI's IPM e IOG, requisito muito importante para o surgimento das empresas operacionais, bem como vem trabalhando intensamente na monetização dos seus ativos a fim de trazer um fluxo de caixa que permita a negociação com seus credores extrajudiciais. Vale lembrar que muito já foi alcançado nesse sentido durante a Recuperação Judicial, conforme descrito no Relatório da Administração. Também foi um ano de maior concentração da atividade comercial em projetos que possam trazer o aumento da atividade operacional no curto prazo. Acreditamos que ainda no primeiro semestre de 2024 já começaremos a sentir os efeitos dessa estratégia comercial, visto que no nosso mercado o período de prospecção de projetos de maior porte leva de 6 meses a 1 ano. Estamos muito focados no aumento da atividade da fábrica de Araraquara, com aumento da equipe comercial e de orçamentos a fim de desenvolver novos projetos e principalmente novos clientes. Por último, 2023 foi marcado pelo fim da punibilidade da Companhia em trabalhar com as empresas do Governo, o que nos possibilita o recadastramento, principalmente na Petrobras, o que será de extrema importância para nossa retomada operacional, dado que historicamente este sem foi nosso maior cliente.

Através das nossas empresas IESA Projetos e ENISA que atuam na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Veith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para a busca de novos clientes e também novas parcerias na área de engenharia, o que nos dará capacidade de orçamentação em produtos que tradicionalmente atuamos no passado recente, como equipamentos hidromecânicos e de movimentação de carga. Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Petroferroviário e esperamos ao longo de 2024 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara. Com o fim da punibilidade, estamos preparando essas empresas operacionais para terem capacidade de prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Nossas expectativas tem como base os novos investimentos que o Governo Federal vem anunciando proporcionando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas. Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo. Esperamos que essas expectativas não sejam frustradas por questões como instabilidade política, crise mundial, incertezas regulatórias e questões ambientais. No entanto, estamos otimistas com 2024. **Diretoria Inepar S/A Indústria e Construções: 1. Principais conquistas durante o Plano de Recuperação Judicial** - Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao período de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses; • Após a adesão à da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25; • Leilão de venda das UPI's IPM/IOG, tendo o Consórcio liderado pela EUROINVEST CO (UK) LTD, sido declarado vencedor do Leilão pelo preço de US\$ 153 milhões e também foi concedido o prazo de pagamento de 75 dias úteis, com vencimento em maio/24; • Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia, Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente; • Fim das punibilidades ocorridas em função da Lava-Jato, o que nos permitiu o início do recadastro junto aos órgãos governamentais, principalmente Petrobras, possibilitando nossa retomada desses mercados, fator essencial ao nosso surgimento; • Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação em 2024, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região. A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, gerando pelo Brasil um grande número de ZPE's. Estados Unidos e China são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia. **2. Desempenho do Exercício de 2023:** **Fontes de receita:** As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia e óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2023 uma receita bruta de R\$ 8,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2023 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2022, com a perspectiva de recuperação do nível de faturamento ao longo do exercício de 2024 em função da nossa maior carteira e também ao maior nível de propostas que estão sendo demandadas pelos nossos clientes, bem como a retomada de orçamentos junto às empresas do Governo. **Resultado Econômico:** A Companhia apresentou lucro acumulado no exercício de 2023 de R\$ 477,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2022 foi apurado um prejuízo de R\$ 366,5 milhões. O lucro acumulado em 2023 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ, no montante de R\$ 720 milhões que foram utilizados para pagamento das parcelas a vencer da Transação Tributária Individual assinado junto à PGFN. Neste exercício o resultado também foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 187,7 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e tributária. Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 3,1 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Esperamos que 2024 seja o fim desse ciclo. A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em Carteira em 2021/2022 e 2023  
milhares de R\$



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Patrimonial de 31/12/23 considerando os valores das seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC. **Menção destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, e que pese todos os custos relacionados a estes já foram devidamente computados e contabilizados.** Ta projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

**Balanço Gerencial Projetado:**

(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	Balanço Patrimonial 31/12/2023	Balanço Patrimonial 31/12/2022	Balanço Projetado 31/12/2023	Balanço Projetado 31/12/2022
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.041	2.041	2.041	2.041
Contas a receber de clientes	666	666	666	666
Títulos e valores mobiliários	9	9	9	9
Estoque	10.425	10.425	10.425	10.425
Impostos a recuperar	77.272	77.272	77.272	77.272
Dividendos a receber	14.796	14.796	14.796	14.796
Outros créditos	1.873	1.873	1.873	1.873
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>107.082</b>	<b>107.082</b>	<b>107.082</b>	<b>107.082</b>
<b>Não Circulante</b>				
Contas a receber de clientes	133.999	133.999	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	861.688	688	861.688
Impostos a recuperar	86.169	312.234	86.169	312.234
Depósitos judiciais	75.699	75.699	75.699	75.699
Outros créditos	6.578	1.469.987	6.578	1.469.987
Investimentos	235.589	235.589	235.589	235.589
Imobilizado	129.228	129.228	129.228	129.228
Intangível	391.573	391.573	391.573	391.573
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.059.523</b>	<b>3.609.997</b>	<b>1.059.523</b>	<b>3.609.997</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.166.605</b>	<b>3.717.079</b>	<b>1.166.605</b>	<b>3.717.079</b>

**Balanço Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	Consolidado			
		Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.092	23	2.041	1.919
Contas a receber de clientes	6	62	1.110	666	6.605
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoque	8	-	-	10.425	7.244
Tributos a recuperar	10	4.499	4.769	77.272	76.880
Dividendos a receber	-	-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	314	-
Outros créditos	11	372	364	1.559	1.528
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.034</b>	<b>6.275</b>	<b>107.082</b>	<b>108.979</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	868
Tributos a recuperar	10	39.975	40.652	86.169	93.308
Depósitos judiciais	30	51.294	71.171	75.699	129.764
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.579
Investimentos	12	566.345	447.628	235.588	243.011
Imobilizado	13	72.204	75.239	129.228	211.446
Intangível	14	391.516	391.516	391.573	392.259
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.165.866</b>	<b>1.070.738</b>	<b>1.059.523</b>	<b>1.211.054</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.171.900</b>	<b>1.077.013</b>	<b>1.166.605</b>	<b>1.320.033</b>

Passivo	Nota	Consolidado			
		Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	30	30.663	30.506	65.079	64.619
Instituições financeiras	15	250.382	234.982	384.950	390.730
Debêntures	16	15.996	14.881	15.996	14.881
Obrigações sociais e trabalhistas	31	8.953	7.209	152.629	143.912
Obrigações fiscais e tributárias	17	65.614	143.005	132.909	291.740
Dividendos propostos	-	3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	30	-	36.011	33.143
Títulos a pagar	-	116.488	101.406	116.488	101.406
Outras contas a pagar	24	58.799	57.158	168.783	169.869
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>550.242</b>	<b>592.464</b>	<b>1.076.186</b>	<b>1.213.641</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Fornecedores	-	-	-	-	-
Instituições financeiras	15	219.954	232.367	219.954	232.367
Debêntures	16	255.192	238.625	255.192	238.625
Obrigações fiscais e tributárias	17	176.849	482.976	322.203	847.672
Partes relacionadas	21	285.788	216.074	127.217	116.328
Tributos diferidos	20.1	31.329	39.646	79.081	100.532
Títulos a pagar	-	-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	22	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	18	73.745	60.016	180.637	163.205
Provisão passivo a descoberto	23	706.146	836.319	12.157	9.760
Outras contas a pagar	24	-	-	1.362	1.293
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.751.306</b>	<b>2.108.326</b>	<b>1.215.066</b>	<b>1.727.045</b>
<b>Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora</b>					
Capital social	25 a	542.625	495.461	542.625	495.461
Gastos com subscrição de ações	-	(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25 c	28.979	23.126	28.979	23.126
Debêntures perpétuas	25 d	236.591	263.503	236.591	263.503
Créditos quirográficos a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(2.952.300)	(3.445.620)	(2.952.300)	(3.445.620)	
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	820.324	845.620	820.324	845.620
		<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.623.777)</b>	<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.623.777)</b>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários	-	-	-	5.001	3.124
<b>Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto</b>		<b>(1.129.648)</b>	<b>(1.623.777)</b>	<b>(1.124.647)</b>	<b>(1.620.653)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>1.171.900</b>	<b>1.077.013</b>	<b>1.166.605</b>	<b>1.320.033</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO Circulante	Consolidado	
	Balanço Patrimonial 31/12/2023	Balanço Projetado 31/12/2023
Fornecedores	65.079	65.079
Instituições financeiras	384.950	384.950
Debêntures	15.996	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	152.629	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	132.909	132.909
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	36.011	36.011
Títulos a pagar	116.488	116.488
Outras contas a pagar	168.783	168.783
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.076.186</b>	<b>1.076.186</b>
<b>Não Circulante</b>		
Instituições financeiras	219.954	219.954
Debêntures	255.192	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	322.203	322.203
Partes relacionadas	127.217	127.217
Tributos diferidos	79.081	940.718
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	180.637	180.637
Provisão passivo a descoberto	12.157	12.157
Outras contas a pagar	1.362	1.362
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.215.066</b>	<b>2.076.703</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Participação dos minoritários	5.001	5.001
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	542.625	542.625
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	28.979	28.979
Debêntures perpétuas	236.591	236.591
Créditos quirográficos a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(2.952.300)	(1.263.461)
Prejuízos acumulados	820.324	820.324
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.129.648)	559.191
	<b>(1.124.647)</b>	<b>564.192</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(1.124.647)</b>	<b>564.192</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.166.605</b>	<b>3.717.081</b>

**Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado:** 01 - No Balanço Patrimonial de 31/12/23, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1.463 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,530 bilhões, sendo provável de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica. 02 - Aportados no FIDC Taranis-IP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas. O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definições pela legislação vigente. As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1.379 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acatarem o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 861 milhões ao longo dos próximos anos. **A Evolução do Plano de Recuperação Judicial:** No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, às pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial. Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação. Dentro do contexto da recuperação, os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014. O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores. • Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões. • Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e, com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária. • A reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia. • Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. • Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial. • Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,030 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em

discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia. Vale salientar que 100% da dívida exigível para encerramento da Recuperação Judicial, já foi devidamente liquidada, conforme demonstrado abaixo, e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos, bem como buscando recursos para liquidar o saldo dos credores das Classes I e IV, valores estes devidos pós biênio de fiscalização:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido inconvertivo dentro do biênio - (R\$ M)	Saldo devido inconvertivo fora do biênio - (R\$ M)	Saldo total devido - (R\$ M)	Valor pago até o momento - (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
<b>Total</b>	<b>R\$ 0,0</b>	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 2.395,8</b>



# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) - Período findo em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros					Ajuste de Avaliação Patrimonial				Participação dos não controladores		Total patrimônio líquido		
	Subscrito	Integrar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Ações	Lucros a Disposição	Lucros acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Debitos perpétuos	Créditos a converter	Reserva de reavaliação	Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	no patr. liq das controladas
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>437.531</b>	-	<b>180.292</b>	-	<b>(8.303)</b>	-	<b>(3.089.790)</b>	-	<b>318.830</b>	<b>16.914</b>	<b>24.422</b>	<b>43.093</b>	<b>803.573</b>	<b>(1.276.511)</b>	<b>15.840</b>	<b>(1.260.671)</b>
Resultado do período	-	-	-	-	-	184.086	-	-	-	-	184.086	-	-	2.230	-	186.316
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )	-	-	-	-	-	-	3.121	-	-	-	-	-	158	158	-	3.121
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158	-	158
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	21
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>158</b>	<b>21</b>	<b>179</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>181.123</b>	<b>2.251</b>	<b>183.374</b>
Aumento de capital - 367ª RCA de 11/01/2022	26.296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 367ª RCA de 29/09/2022	12.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641	-12.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os Sócios</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures a converter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	972	-	-	(972)	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	659	-	-	(659)	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos finais em 30 de setembro de 2022</b>	<b>488.683</b>	-	<b>180.292</b>	-	<b>8.303</b>	-	<b>3.269.124</b>	-	<b>267.678</b>	<b>16.914</b>	<b>23.450</b>	<b>803.415</b>	<b>1.457.634</b>	<b>13.589</b>	<b>1.444.045</b>	
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(353.872)	-	-	-	-	-	(353.872)	(12.694)	(366.566)	
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )	-	-	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161	
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)	
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)	
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(349.869)</b>	<b>(22)</b>	<b>(371.889)</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(349.869)</b>	<b>(12.716)</b>	<b>(362.585)</b>	
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296	-	-	-	-	-	-	(26.296)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215	-	-	-	-	-	-	(12.215)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641	-	-	-	-	-	-	(12.641)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 371ª RCA de 14/12/2022	6.778	-	-	-	-	-	-	(6.778)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os Sócios</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures a converter	-	-	-	-	-	-	-	-	2.603	-	-	-	2.603	-	2.603	
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.296)	-	-	-	-	-	
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	888	-	-	(888)	-	-	-	-	-	
<b>Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>495.461</b>	-	<b>180.292</b>	-	<b>(8.303)</b>	-	<b>(3.437.317)</b>	-	<b>263.503</b>	<b>16.914</b>	<b>23.126</b>	<b>803.415</b>	<b>(1.623.777)</b>	<b>3.124</b>	<b>(1.620.653)</b>	
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	474.828	-	-	-	-	-	474.828	2.597	477.425	
Ajuste patrimonial reflexo de investida ( CBD )	-	-	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161	
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(720)	(720)	
Ajuste de Av. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.736	-	6.736	-	6.736	
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	20.252	-	-	-	20.252	-	20.252	
Conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.848)	-	(11.848)	-	(11.848)	
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>15.140</b>	<b>(720)</b>	<b>14.420</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>494.129</b>	<b>1.877</b>	<b>496.006</b>	
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336	-	-	-	-	-	-	(1.336)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664	-	-	-	-	-	-	(29.664)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509	-	-	-	-	-	-	(509)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655	-	-	-	-	-	-	(15.655)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.853	-	-	5.853	-	-	
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(5.853)	-	-	-	-	(20.184)	-	-	
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>542.626</b>	-	<b>180.292</b>	-	<b>(8.303)</b>	-	<b>(2.943.997)</b>	-	<b>236.591</b>	<b>16.914</b>	<b>28.979</b>	<b>22.021</b>	<b>798.303</b>	<b>(1.129.648)</b>	<b>5.001</b>	<b>(1.124.647)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 1 - Contexto operacional:** A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35.3.00354923, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180. A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metrôviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acesos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar se apresentam como uma excelente alternativa. Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

**Nota 1.1 Processo global da reestruturação e recuperação judicial:** Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, agiu em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005. Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRFE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas. A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos: - Venda da participação acionária da lesa na capital da TISA-Infraestrutura S.A. - Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A. - Venda da participação acionária da Inepar no capital da Anritz Hydro Inepar do Brasil S.A. - Alienação da participação acionária da Pentel Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.). - Venda da participação acionária da lesa na capital da Inepar Capacitores S.A. - Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara. Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos: 1 - Parcela da UPI IPM que compreendem apenas os relativos à unidade de produção de hidro geração. 2 - Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio urbano. Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas convertíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia. A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos. A Companhia, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento. Em 07/11/2022, a Companhia cumpriu o prazo processual, petição ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a criação do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Em 03 de maio de 2023, a Inepar recebeu nova proposta para alienação das UP's, pelo valor de US 160 milhões de dólares americanos. Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova de proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos. Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG. A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos. Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

### R. GRUPO INEPAR - CONCURSAL

Classe	Saldo devido dentro do biênio - (R\$ M)	Saldo devido introverso fora do biênio - (R\$ M)	Saldo total devido - (R\$ M)	Valor pago até o momento - (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
<b>Total</b>	<b>R\$ 0,0</b>	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 51,6</b>	<b>R\$ 2.395,8</b>

### Nota 2 - Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

**2.2. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:** a) **Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas:**

**3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

Empresas	31/12/2023	31/12/2022
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Pentel Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovávia Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv em Direitos Creditórios Não-Pradonizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	99,00	99,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação; b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação; d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado; e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

**3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vencidas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**3.3. Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

**3.4. Conversões em Moeda Estrangeira:** Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens mensurados são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

**3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

**3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerar o ativo, conforme segue: - Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegueu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e - Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

**3.7. Contas a Receber de Clientes:** As contas a rece-

ber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer das atividades da Companhia. A provisão para "impairment" foi constituída da tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

**3.8. Estoques:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

**3.9. Investimentos:** Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

**3.10. Imobilizado:** A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor de custo do ativo, o reconhecimento com um ativo separado, ou mesmo apropriado para o ativo, se provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

**3.11. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica. A amortização é feita pelo método de custo recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

**3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras. Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perda por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução do Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

**3.13. Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.





# INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei nº 6.404/76. Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe. **b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 180.292 e está assim composta: Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital. Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital. - Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital. **c) Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas - os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Pentia Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes. A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização. **d) Debêntures Perpetuas:** As debêntures perpetuas apresentam o saldo de R\$ 236.591 e estão assim compostos: - Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpetuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1.000(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. - Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpetuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1.000(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. - Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpetuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 115.045 O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização. - Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpetuas. As debêntures serão convertíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 6.471. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização. - Para as debêntures perpetuas das 7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 7.167, que serão utilizadas para as próximas conversões. Conversões realizadas das debêntures em ações: -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 - Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 - Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 - Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 - Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 - Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª, 8ª e 9ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 - Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 - Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpetuas da 10ª e 11ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 - Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª e 7ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 - Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª/8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 - Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 - Valor de R\$ 4.888 referente a conversão das debêntures perpetuas da 1ª a 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 - Valor de R\$ 26.296 referente a conversão das debêntures perpetuas da 1ª a 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 - Valor de R\$ 12.214 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 - Valor de R\$ 12.640 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 - Valor de R\$ 6.778 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 - Valor de R\$ 1.336 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 - Valor de R\$ 29.663 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 - Valor de R\$ 508 referente a conversão das debêntures perpetuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 - Valor de R\$ 15.655 referente a conversão das debêntures perpetuas da 6ª e 10ª emissão. **e) Créditos Quirográficos a converter:** Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpetuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica

foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia. **f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$ 20.324, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirográficos em debêntures perpetuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro. **g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia. **Nota 26 - Resultado por ação:** O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas. **Numerador**

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	145.504	(134.436)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	331.921	(232.130)
<b>Total</b>	<b>477.425</b>	<b>(366.566)</b>

**Denominador (em unidades de ações)**  
Quantidade de ações preferenciais emitidas 12.627.232 63.136.160  
Quantidade de ações ordinárias emitidas 31.685.549 119.917.580  
**Total** 44.312.781 183.053.740

**Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações**  
Ação preferencial 11,523 (2,129)  
Ação ordinária 10,475 (1,935)  
Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

**Nota 27- Receita operacional líquida:**

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv. (-) Impostos sobre as Vendas	8.106	13.479
	(1.623)	(2.757)
<b>Total</b>	<b>6.483</b>	<b>10.722</b>

**Nota 28 - Despesas e receitas financeiras:**  
**Despesas Financeiras**  
Juros sobre impostos e contribuições (24.242) (65.958) (80.194) (189.726)  
Juros / despesas bancárias (74.002) (71.564) (107.091) (103.849)  
Fianças bancárias - - (66) -  
Outras despesas financeiras - - (317) (996)  
Ajuste conversão RJ - (113) - (113)  
Variações cambiais - - (50) (86)  
**Total** (98.244) (137.635) (187.718) (294.770)

**Recursos Financeiros**  
Receitas de aplicações financeiras 2 2 36 344  
Receitas atualização debêntures - 3.369 - 3.369  
Juros auferidos - 200 - 208  
Outras receitas financeiras 545 (199) 17.889 6.501  
Variações cambiais - - 1 1  
**Total** (97.697) (134.263) (169.792) (284.347)

**Nota 29 - Outras receitas e despesas operacionais:**  
**Outras Despesas Operacionais**  
Impostos sobre Claim 's e demais (a) - 517 - 4.449  
IOF (35) (40) (160) (614)  
Outras despesas tributárias (75) (353) (385) (1.444)  
Outras despesas Operacionais (3.826) (9.573) (12.766) (21.348)  
Ociosidade (b) - - (4.747) 102  
**Total das despesas operacionais** (3.936) (9.449) (18.058) (18.855)  
**Outras Receitas Operacionais**  
Reversão de provisões diversas 8.413 2.591 3.183 7.201  
Recuperação Despesas 181 2.315 18.041 24.775  
Receitas de aluguel 807 1.914 2.494 2.526  
Recuperação Despesas - transação individual - - 9.625 -  
Outras receitas - 17.646 478 18.234  
**Total das receitas operacionais** 9.401 24.466 24.196 62.361  
5.465 15.017 6.137 43.506

**Nota 30 - Depósitos judiciais:**

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos Trabalhistas	2.880	2.877	13.033	73.175
Processos Cíveis	47.181	66.964	61.433	56.506
Processos Tributários	1.233	1.330	1.233	83
<b>Total</b>	<b>51.294</b>	<b>71.171</b>	<b>75.699</b>	<b>129.764</b>

a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas. b) Neste trimestre, foram resgatados valores de diversos processos, referentes aos depósitos judiciais relacionados a arbitragem do contrato da Petrobras.

## Parecer do Conselho Fiscal

Base para opinião com ressalvas: Limitação de escopo de auditoria. a) Confirmação externas de endividamento bancário. b) Investimentos em controladas/coligadas e consórcios. c) Incerteza relevante quando à continuidade operacional; **Ênfases:** Coisa Julgada em Matéria Tributária; Reconhecimento de recebíveis. Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas. Termo de Transação Individual com a PGFN-Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; **Principais assuntos de auditoria:** a) Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. b) Débitos tributários. c) Contingências; **Outros Assuntos:** Demonstrações do valor adicionado; Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor; Responsabilidades da administração

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como "praticamente certo", uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais. **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa "21", a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional:** Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições. Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais", conforme disposto na nota explicativa "29". A manutenção do referido acordo junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos no parágrafo de "ênfase", entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório: **a) Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível:** A Companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 129.228 e R\$ 391.573 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de impairment desses ativos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado. **b) Débitos Tributários:** A Companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa "17". **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil. **c) Contingências:** A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

**Nota 31 - Obrigações sociais e trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários A Pagar	653	481	2.664	4.138
Rescisões a Pagar	683	623	70.190	70.324
FGTS a Recolher	4.251	3.865	45.791	43.244
Contrib.Sindical	-	-	15.017	14.189
IRRF a Recolher	1.430	1.342	8.748	6.797
INSS a Recolher	1.805	766	10.050	4.685
Outros Impostos a Recolher	133	132	169	537
<b>Total</b>	<b>8.953</b>	<b>7.209</b>	<b>152.629</b>	<b>143.912</b>

**Nota 32 - Cobertura de seguros (não auditada):** As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

**Nota 33 - Benefícios a empregados:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	1.842	1.860	11.501	12.456
Gastos Previdenciários	626	434	2.799	2.275
<b>Total</b>	<b>2.468</b>	<b>2.294</b>	<b>14.300</b>	<b>14.731</b>

**Nota 34 - Remuneração do pessoal-chave da administração:** Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração de Conselheiros	245	231	825	764
Remuneração de Diretores	772	790	3.168	2.721
<b>Total</b>	<b>1.017</b>	<b>1.021</b>	<b>3.993</b>	<b>3.485</b>

**Nota 35 - Informações por segmento:** As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Gerção / Equipamentos	Gás/Modulos/outros	Total
Receita bruta total	8.106	-	8.106
Impostos/Deduções	(1.623)	-	(1.623)
Custos dos Produtos e Serviços	(9.150)	(520)	(9.670)
<b>Total</b>	<b>(2.667)</b>	<b>(520)</b>	<b>(3.187)</b>

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados, bem como referentes aos serviços executados a terceiros pelas controladas Iesa Projetos e Enisa. **Nota 36 - Tratativas que irão gerar eventos subsequentes:** a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes. b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima; c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé. d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, o FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões. e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core. g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades. h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos. **Nota 37 - Eventos subsequentes:** Em agosto de 2023, a EUROINVEST propôs um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, em uma conta caução enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos. Conforme Fato Relevante emitido em 23 de janeiro de 2024, informa que a Inepar concluiu com a regularização de uma empresa denominada INEEAU PROJECT MANAGEMENT SERVICES CO, com sede nos Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de evoluir estudos e negócios naquela região, em especial na área de infraestrutura e demais acervos técnicos de capacidade da Companhia.

**Diretoria Executiva:**

Vago - Diretor Presidente
Irajá Galliano Andrade - Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

**Conselho De Administração:**

André de OMS
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Rodolfo Andriani
Irajá Galliano Andrade
José Bonifácio Pinto Junior
Augusto Araújo de OMS

**Contador:**

Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6
---

e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2024

**Rubens Gerigk**  
**Sergio Tomaz Crestani**  
**Gerson Luis Casara**

rio. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2024.

**Müller & Frei Auditores Independentes S/S**  
CRC-PR Nº 6.472/O-1  
**George Angnes**  
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

